

O ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL EM EDUCAÇÃO: ENTRE POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES ÉTICAS NA PRODUÇÃO DA PESQUISA E DA CIÊNCIA

Dra. Dulce Mari Silva Voss  0000-0002-0672-7273
Universidade Federal do Pampa

RESUMO: Neste artigo, pretende-se destacar as ações desenvolvidas pela ANPED através da XIV Reunião Regional Sul e do II Fórum de Pós-Doutorandos/as como expressão do posicionamento ético e do ativismo transformador de pesquisadores/as do campo da educação. Comunidades científicas articuladas em rede evidenciam engajamento na criação de estratégias de desvio às políticas de precarização da prática da pesquisa e auto responsabilização da formação/qualificação profissional. Nesse sentido, apresenta-se um estudo teórico e documental a partir de uma perspectiva teórico-epistemológica pluralista. Opera-se uma análise crítica dos discursos expressos nas metas do Plano Nacional de Educação de 2014, indicando a tendência ao ajuste das políticas educacionais ao neoliberalismo e neoconservadorismo via enxugamento de recursos públicos e responsabilização dos/as docentes pesquisadores/as pela formação/profissionalização/qualificação. Lógica da privatização da educação, fundada no produtivismo, auto empreendedorismo, competitividade e meritocracia. Somado a isso, o avanço do neoconservadorismo aumenta o controle exercido sobre a produção e divulgação de conhecimentos científicos, a disseminação da vigilância ideológica e o descrédito em relação à ciência. Em meio ao cenário caótico instalado pela associação do neoliberalismo ao neoconservadorismo, disseminam-se políticas de responsabilização individual pela formação/qualificação profissional e desenvolvimento científico. Urge, portanto, enfatizar a responsabilidade assumida por comunidades científicas articuladas em redes de educadores/as e pesquisadores/as que seguem promovendo a pesquisa no campo educacional e, com isso, reafirmam a legitimidade da ciência por meio de um ativismo transformador em ações políticas coletivas, éticas e solidárias.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Responsabilização; Responsabilidade Ética; Desenvolvimento das Ciências.

THE POST-DOCTORAL INTERNSHIP IN EDUCATION: BETWEEN POLICIES OF ACCOUNTABILITY ANDE ETHICAL RESPONSIBILITIES IN THE PRODUCTION OF RESEARCH AND SCIENCE

ABSTRACT: This article aims to highlight the actions developed by ANPED through the XIV South Regional Meeting and the II Postdoctoral Forum as an expression of the ethical positioning and transformative activism of researchers in the field of education. Networked scientific communities show engagement in the creation of diversion strategies to policies of precarious research practice and self-responsibility of professional training/qualification. In this sense, a theoretical and documentary study is presented from a pluralistic theoretical-epistemological perspective. A critical analysis of the discourses expressed in the goals of the 2014 National Education Plan is operated, indicating the tendency to adjust educational policies to neoliberalism and neoconservatism through the depletion of public resources and accountability of the research professors for training/professionalization/qualification. Logic of the privatization of education, founded on productivism, self-entrepreneurship, competitiveness and meritocracy. In addition, the advance of neoconservatism increases the control exercised over the production and dissemination of scientific knowledge, the dissemination of ideological surveillance and discredit in relation to science. In the midst of the chaotic scenario installed by the association of neoliberalism and neoconservatism, policies of individual responsibility for professional training/qualification and scientific development are disseminated. It is urgent, therefore, to emphasize the responsibility assumed by scientific communities articulated in networks of educators and researchers who continue to promote research in the educational field and, thus, reaffirm the legitimacy of science through transformative activism in collective, ethical and solidarity political actions.

KEYWORDS: Accountability Policies; Ethical Responsibility; Development of Science.



1 INTRODUÇÃO

A escrita do artigo apresenta uma análise reflexiva acerca da atuação da Associação Nacional de Pesquisadores/as da Educação (ANPED) como comunidade científica que evidencia posicionamento ético e ativismo transformador ao congregar pesquisadores/as do campo da educação e articular a produção das ciências e a formação profissional em rede.

Ações que reverberam o engajamento ético-político da ANPED na consolidação da produção científica no campo da educação. A ANPED existe desde 1978 e constitui-se como uma das principais comunidades científicas do campo da educação no Brasil, comprometida com a defesa da educação pública e das ciências. A entidade é composta por docentes e estudantes vinculados à programas de pós-graduação *stricto sensu* e demais pesquisadores/as da área da educação, e tem como finalidade promover o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, com base nos princípios democráticos, de liberdade e justiça social (<https://www.anped.org.br>).

A atuação de comunidades científicas, como a ANPED, tem se dado na contramão das políticas educacionais calcadas no padrão empresarial de ajuste da educação aos princípios do mercado capitalista. Trata-se de um padrão de qualidade alicerçado no produtivismo, na competitividade e na meritocracia, que repercutem na avaliação de desempenhos profissionais, das instituições e dos programas de graduação e pós-graduação. O que também acarreta o desequilíbrio em termos financeiros e a diferenciação entre instituições que recebem um contingente maior de recursos e as demais que não dispõem das mesmas condições de autonomia financeira e não contam com investimentos necessários para a expansão da oferta da educação e da produção acadêmico-científica.

Políticas que ferem o direito à educação pública de qualidade social e que induzem à responsabilização:



As políticas de responsabilização indicam que um novo método de governo está tomando forma: o governo das escolhas regulamentadas dos cidadãos individuais, construídos discursivamente como sujeitos de aspirações, liberdades, sujeitos autogovernados, capazes de conectar suas práticas com procedimentos e instrumentos que lhes deem determinados efeitos. As políticas de responsabilização procuram governar os indivíduos, agenciar suas subjetividades de modo a fabricar sujeitos de determinado tipo. Na vida política, assim como no trabalho ou no espaço doméstico os seres humanos são interpelados a produzirem sua subjetividade motivada por aspirações à autorrealização (VOSS; GARCIA, 2014, p. 397-398).

Nomeia-se políticas de responsabilização de cunho neoliberal e neoconservador aquelas que requerem o aumento da produtividade acadêmico-científica como parâmetro de avaliação individual e institucional a ser alcançado por conta própria e à revelia das condições reais em que se dão a formação/profissionalização docente, o exercício da pesquisa e da docência.

Neoliberalismo que, desde a década de 1990, tem servido de base para a privatização da educação brasileira, tendo em vista o crescente enxugamento de recursos públicos em educação. A racionalidade neoliberal norteia a educação e a ação do Estado na regulação das políticas educacionais que visam o ajuste às demandas mercadológicas e o governo de condutas pela moral autoempreendedora.

No que tange as atuais políticas de formação/ profissionalização/ qualificação docente na área da educação observa-se a redução da oferta de bolsas de pesquisa nos programas de pós-graduação e no pós-doutorado, o que obriga os próprios pesquisadores/as a prover e garantir por sua conta a produção científica e a atualização de conhecimentos. Haja visto que despesas com deslocamentos, aquisição de materiais, participação em eventos, publicações, entre outras necessidades, a serem supridas para cursar a pós-graduação e o pós-doutoramento, recaem, quase que exclusivamente, sobre quem tem interesse em aprimorar a formação acadêmico-profissional e científica e que, em muitos casos, não conta com bolsas de pesquisa ou, ao menos, com a possibilidade de afastamento remunerado do trabalho docente, das funções pedagógicas e de gestão junto às instituições de origem em que atuam.



Importa destacar que, nos tempos presentes, a incorporação de princípios de mercado na educação tem se constituído mediante a associação do neoliberalismo ao neoconservadorismo nas políticas educacionais promovidas pelo poder estatal em países capitalistas, como o Brasil e demais países latino-americanos, nos Estados Unidos e na Europa. Questão que será discutida na sequência deste texto.

Logo, o objetivo deste estudo é destacar o posicionamento ético e ativista transformador da comunidade científica formada pela ANPED que promove ações de suma relevância no campo da educação, assumindo a responsabilidade ética em defesa da educação pública com qualidade social e das ciências em afirmação à vida. Foi assim que a mobilização coletiva e solidária de pesquisadores/as permitiu a realização da XIV ANPED Sul, ocorrida de 17 a 20 de outubro e, na programação que antecedeu essa reunião regional, o II Fórum de Pós-Doutorandos/as, no dia 14 de outubro. Durante o Fórum foram promovidas duas mesas de discussão: a primeira, contou com a participação do professor convidado Dr. Altair Alberto Fávero da Universidade de Passo Fundo (RS) que abordou o tema “Desafios do pós-doutorado, dos programas e financiamento”, e, a segunda, propiciou o compartilhamento de experiências e pesquisas desenvolvidas no estágio pós-doutoral por três pesquisadoras e um pesquisador que atuam em distintas universidades públicas e privadas, federais e estaduais, em interlocução com os/as demais participantes. Durante a segunda mesa foram apresentados os temas e perspectivas teórico-epistemológicas e metodológicas adotadas nos estudos, bem como, a discussão das políticas de formação/qualificação profissional e dos investimentos necessários para desenvolvimento das pesquisas no pós-doutorado.

Neste artigo, argumenta-se que as ações desenvolvidas pela ANPED configuram evidências de uma política de formação/ profissionalização/ qualificação docente ética e ativista transformadora na educação, na pesquisa e nas ciências. Retoma-se aqui o trabalho realizado pelo grupo de pesquisadores/as em Estágio Pós-Doutoral que uniram esforços na organização e realização do



Fórum, por entender que essa mobilização coletiva e solidária subverte a moral individualista, produtivista, competitiva e meritocrática das políticas educacionais que negligenciam a formação/ profissionalização/ qualificação docente e acadêmico-científica, bem como, causam entraves ao desenvolvimento de pesquisas e das ciências no campo educacional.

As análises desenvolvidas ao longo do texto estão ancoradas numa perspectiva teórico-epistemológica e ontológica pluralista, pela via da teorização combinada, ou seja, através do uso de conceitos advindos de diferentes vertentes teórico-epistemológicas e que são articulados na discussão e compreensão da problemática analisada. De acordo com Mainardes (2018) a teorização combinada denota um esforço teórico-epistemológico e metodológico de articulação entre teorias ou conceitos oriundos de diferentes linhas teóricas com o objetivo de compor um quadro teórico consistente para fundamentar a análise. Uma análise coerente e consistente resultará do exercício de reflexividade e da vigilância epistemológica empregadas na produção de estudos e pesquisas em que o/a pesquisador/a explicita suas escolhas, fazendo com que o trabalho desenvolvido esteja coeso e alinhado ao quadro teórico usado.

A partir dos pontos assinalados até aqui, o texto que segue apresenta uma discussão do pano de fundo das atuais políticas educacionais de formação/ profissionalização/ qualificação docente em voga no contexto brasileiro decorrente da aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo na educação e que se caracterizam como políticas de responsabilização e auto responsabilização. O que se evidencia na análise das metas do Plano Nacional de Educação de 2014. A discussão é operada com o uso dos conceitos de neoliberalismo, governamentalidade e biopolítica de Foucault (2008), responsabilização com base em Ball (2004; 2010), neoconservadorismo a partir de Apple (2002), hegemonia em Laclau (2002; 2005) e Mouffe (2003; 2005).

Na segunda seção, essa discussão desdobra-se na compreensão da dimensão ética e da prática ativista transformadora levada à diante pela comunidade científica da ANPED, com as ações da reunião da Regional Sul e do



Fórum de pesquisadores/as em Estágio Pós-Doutoral. A noção de ética referendada em Derrida (1998) e os conceitos de agência e ativismo transformador de Stetsenko (2023) servem de sustentação para a discussão da seção. Por fim, apresenta-se algumas considerações em torno das potencialidades e heranças criadas com o engajamento político de defesa da educação pública e das ciências.

2 O PANO DE FUNDO DAS POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX, nos países centrais e periféricos do capitalismo global forma-se uma nova ordem geopolítica de ajuste do governo das populações aos interesses mercadológicos do capitalismo global. Trata-se do regime de governamentalidade neoliberal que passa a determinar o governo da vida coletiva e individual. O princípio de igualdade de condições materiais de existência e de direito à cidadania, nas relações sociais, nas transações econômicas, nas políticas, cede lugar aos fundamentos da concorrência, do empreendedorismo, da competitividade, do produtivismo, da qualidade como eficiência e eficácia de resultados. Um conjunto de relações sociais de governança que altera papéis do Estado, das instituições públicas e dos sujeitos de modo a incorporar valores do mercado privado em ações e compromissos fundamentados no espírito empresarial, na competição e na excelência, em detrimento de outros que visem à justiça social, equidade e tolerância (BALL, 2004).

O papel do Estado como provedor de equidade e justiça social é alterado com a passagem do Estado de Bem-estar Social ao Estado Neoliberal. Segundo Foucault (2008), o Estado Neoliberal busca governar o menos possível, liberando transações econômicas e políticas favoráveis ao crescimento do mercado, ou seja, todas as barreiras que possam desestabilizar a economia concorrencial devem ser suprimidas.

Entram em ação tecnologias biopolíticas como as estatísticas, padrões numéricos, índices, que agenciam condutas individuais e coletivas em performances empreendedoras. Para que a economia cresça, cada sujeito deve



assumir os riscos de empreender sua própria existência e responder pelos sucessos e fracassos de seus empreendimentos: “Trata-se da individualização da política social, ou seja, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos” (FOUCAULT, 2008, p. 198).

Desse modo, o regime de governamentalidade neoliberal tem funcionado por meio de reformas nas leis trabalhistas, na previdência social, na saúde, na educação e em outras áreas da administração da vida das populações e das relações entre instituições, em diversas nações, intensificando privatizações que levam à eliminação da diferenciação entre bens públicos e privados.

No campo educacional, o Estado passa de provedor à regulador de políticas, estabelecendo as condições sob as quais vários mercados estão autorizados a operar a gestão da educação, vender seus produtos e administrar o mercado educacional (BALL, 2004).

Esvazia-se o sentido da educação como política pública de garantia da equidade social e do exercício da cidadania plena com a produção da conotação da educação como serviço a ser vendido e adquirido no mercado educacional. O Estado distancia-se, cada vez mais, da função de provedor da educação pública para atuar, principalmente, como auditor, estabelecendo diretrizes e metas a serem alcançadas e avaliando resultados.

O cenário político brasileiro das últimas décadas tem apontado a configuração do poder do Estado mediante a formação de um bloco hegemônico sob liderança dos neoliberais, “o mais poderoso no seio da restauração conservadora”, em aliança aos neoconservadores, a nova classe média profissional e populistas autoritários (APPLE, 2002).

O neoconservadorismo em solo brasileiro ecoa certa similitude com a retórica neoconservadora norte-americana de interdição à autonomia profissional dos/as professores/as, seguidamente acusados pelos neoconservadores de propagarem o comunismo, atribuído à leitura de Paulo Freire, comumente presente nos discursos pedagógicos dos cursos de formação docente. Acusações que, sob essa



ótica, representam más influências para os estudantes por violarem crenças, princípios e condutas morais das famílias de classe média e cristãs. O discurso “anticomunista” como retórica neoconservadora é reiteradamente apresentada nos estudos que analisam as atuais políticas educacionais. Atribui-se aos religiosos pentecostais o protagonismo deste discurso (VOSS, 2022).

Burity (2018) adverte que os pentecostais já levantavam a polêmica denúncia de perseguição religiosa e a “ameaça comunista”, ao final do regime militar. Esses segmentos adquiriram força política e passaram a aparecer publicamente, de modo mais expressivo, em meados dos anos de 1980 e, após as eleições presidenciais de 2014, com a união de lideranças religiosas de diferentes correntes para formação da chamada bancada evangélica. Desde então, essa bancada tem ocupado posições de poder do Legislativo ao Executivo, e alcançado grande projeção midiática, arrebanhando um número cada vez maior de adeptos e simpatizantes, o que permite a esses atores disseminar discursos moralistas e reacionários.

Na educação brasileira, são criadas inúmeras demandas em termos de melhoria da qualidade da educação pela lógica do mercado capitalista, a qual é mensurada via tecnologias de regulação de resultados, premiação e punição vinculadas à medição de desempenhos, elevação de percentuais de matrícula, índices de aprovação. Os ataques à autonomia docente, o controle e a vigilância sobre o trabalho docente, as instituições educativas e os currículos tem sido constante. Indícios de que a governamentalidade neoliberal e neoconservadora atinge diretamente educadores/as e demais profissionais da educação. Diz Ball (2010, p. 41), “[...] interesses materiais e pessoais estão entrelaçados na competição por recursos, segurança e estima e na intensificação do trabalho profissional público”.

Governamentalidade neoliberal e neoconservadora agenciada nas políticas educacionais promovidas pelo poder estatal, tal como apontam as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº 13.005/2014, que prevê: a expansão de matrículas na educação superior, no setor público (meta 12); a melhoria na



qualificação entendida como elevação da titulação em nível de pós-graduação (metas 13, 14 e 16). Sendo que, o alcance das metas estipuladas em relação aos/às docentes da educação básica é apontado pelo incremento na oferta de cursos de formação à distância (EAD) e pela expansão da rede privada, tanto na graduação quanto na pós-graduação *lato e stricto-sensu*.

Metas de expansão da oferta de matrículas e elevação da titulação via formação à distância e na rede privada são indicativos claros da privatização da educação e precarização da formação/qualificação profissional, tendo em vista o enxugamento de recursos públicos em políticas públicas nessas áreas. Como mostra o levantamento do Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC), o investimento público em educação pública está em queda nos últimos cinco anos. Entre 2019 e 2021, diminuiu R\$ 8 bilhões em termos reais (de R\$ 126,6 bilhões para R\$ 118,4 bilhões). O investimento continua no percentual de 5,6 do PIB, em 2022. Dados que mostram o enxugamento de recursos públicos e os cortes orçamentários adotados pelo atual governo federal em educação, o que compromete e retarda ainda mais o alcance da meta 20 do PNE, a qual prevê a elevação progressiva do patamar do investimento referente ao Produto Interno Bruto (PIB) de 7% para 10% em educação, até 2024 (ano final da vigência do PNE).

O crescimento da oferta de cursos na modalidade Educação à Distância (EaD), em instituições públicas e privadas, não só em nível de graduação, mas também com o surgimento de programas de mestrado e doutorado profissionais é outra evidência das políticas de responsabilização. Na maioria das vezes, os cursos EaD oferecem a formação/profissionalização centrada no pragmatismo, distante do universo da pesquisa e mediante o enxugamento dos fundamentos teóricos, epistemológicos, filosóficos, sociológicos, políticos da educação. Em consonância, a tendência ao neotecnicismo e ao pragmatismo didático-pedagógico decorre da ênfase em discursos que destacam a inovação pedagógica, novas metodologias de ensino, a aquisição e treino de habilidades tecnológicas, aliados a um forte apelo vocacional e salvacionista de responsabilização pela melhoria dos desempenhos



dos estudantes nos resultados avaliativos das escolas, universidades, redes de ensino, com vistas à redução dos índices de evasão e da reprovação.

Outro efeito das atuais políticas educacionais refere-se ao direcionamento da formação/qualificação para o setor privado e mediante o uso de plataformas virtuais, o que indica, claramente, o avanço da privatização na educação e a responsabilização dos próprios sujeitos em galgar níveis mais elevados na escalada profissional, alcançar melhores desempenhos e obter uma remuneração mais digna. Desse modo, a valorização dos profissionais da educação (meta 18) passa a requer o investimento material e imaterial de cada educador/a e pesquisador/a na sua formação/profissionalização/qualificação para que possa garantir os avanços previstos nos planos de carreira e nos salários.

Embora a remuneração também faça parte da política de valorização profissional e tenha resultado na institucionalização do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), Lei nº 11.738/2008, em muitos municípios e estados a lei não é cumprida. Assim mostra o levantamento realizado entre os meses de março a abril de 2015 pela Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação do próprio Ministério da Educação (MEC), que vinte e seis estados da Federação e o Distrito Federal não pagam o salário correspondente ao PSPN aos/às professores/as. Da mesma forma, 40,7% não estruturam a jornada de trabalho conforme estabelecido na Lei nº 11.738/2008. O mesmo levantamento foi feito em 26 capitais brasileiras. Destas, 23,1% não pagam o valor atualizado do PSPN e 61,5% não estruturam a jornada de trabalho de acordo com que estabelece a citada lei (MASSON, 2016).

A educação pública, na ordem vigente, deve formar as habilidades e competências necessárias à inserção do sujeito auto empreendedor no mercado de trabalho, deve ser produtiva, eficaz e moralmente “livre de doutrinações de esquerda” e de valores que possam “desvirtuar” as gerações mais novas. Movimentos neoconservadores preconizam o retorno aos proclamados “valores puros e naturais da tradição cristã, do patriotismo e da obediência às leis” (APPLE, 2002, p. 57).



A adesão ao neoconservadorismo também cresce no meio social com a disseminação de discursos negacionistas das ciências, de descrédito dos conhecimentos produzidos por meio de pesquisas desenvolvidas pelas comunidades científicas e que servem de subsídio teórico-prático para o trabalho pedagógico nas universidades e escolas.

As instituições de ensino públicas e os profissionais que nelas atuam tem sido alvo de críticas, de desprestígio, de vigilância e perseguição moralista por movimentos neoconservadores, tais como: a “Escola sem partido”, principal agente disseminador do discurso de “ideologia de gênero”, da defesa do ensino domiciliar e da militarização da educação via institucionalização de escolas cívico-militares em substituição aos princípios regulamentados pela legislação educacional de autonomia do ensino, gestão democrática e pluralismo de ideias.

Neste cenário, a imposição da melhoria de desempenhos docentes e discentes, o imperativo do produtivismo acadêmico-científico, a vigilância e o controle do exercício profissional, atrelados à avaliação de resultados, a carência de investimentos públicos na formação/profissionalização/qualificação docente e na pesquisa educacional, geram efeitos de responsabilização individual e a conversão à moral auto empreendedora.

O sucateamento e a privatização da educação pública, gerados pelos cortes orçamentários e falta de investimentos públicos, somados à produção de uma cultura negacionista em relação aos conhecimentos científicos, à desvalorização do trabalho docente, afetam o desenvolvimento de pesquisas e o avanço das ciências no campo educacional.

Contudo, o êxito das políticas de responsabilização produzidas e sustentadas na associação do neoliberalismo ao neoconservadorismo não se efetua sem a adesão de inúmeros agentes e setores da sociedade. As alianças políticas, como a aliança formada pela associação de segmentos neoliberais e neoconservadores, não contemplam plenamente e de maneira uniforme os distintos interesses em jogo. Pois, toda aliança é contingente e precária, e essa condição de provisoriedade precisa ser levada em conta nas análises de políticas (VOSS; JACONDINO, 2022).



Disputas em jogo que expressam a pluralidade de interesses presentes no campo político/social/educacional. Nesse sentido, os estudos de Laclau (2002; 2005) e Mouffe (2003; 2005) permitem entender que as políticas se constituem de modo complexo e plural e não predeterminado idealmente. A pluralidade de demandas de distintos indivíduos/grupos, podem tornarem-se equivalentes e/ou antagônicas nas disputas travadas no campo político. Demandas equivalentes são formadas mediante alianças revestidas de poder hegemônico.

Há que se perceber as movimentações de outras demandas que, postas no exterior constitutivo das alianças hegemônicas, estão propícias a produzirem novas articulações em movimentações contra hegemônicas.

3 ANPED: DIMENSÃO ÉTICA E PRÁTICA ATIVISTA TRANSFORMADORA NA PESQUISA EDUCACIONAL

Redes de pesquisadores/as mobilizam e multiplicam a socialização de conhecimentos científicos e a consolidação das ciências. Assim, diversas comunidades científicas, como a ANPED, investem na formação/qualificação docente, no desenvolvimento e na divulgação de estudos, pesquisas e debates realizadas no campo da educação, por meio de ações políticas, coletivas e solidárias.

A atuação em rede de comunidades científicas do campo da educação reverbera o pensamento de Stetsenko (2023), autora que propõe a reconstrução do conceito de agência na abordagem do desenvolvimento humano, afastando-o do hábito de passividade. A autora se refere a ideia de desenvolvimento humano em relação ao que somos ou podemos ser no mundo em que vivemos, o que seria ou poderia ser uma sociedade mais humana e justa e qual o compromisso que assumimos nesse projeto. Assim, afirma:

O que é necessário, em outros mundos, para abordar a agência e seu papel no desenvolvimento humano, é uma revisão filosoficamente fundamentada; de fato, uma revisão das principais suposições sobre o desenvolvimento humano, a mente, a natureza do conhecimento e, em



última análise, a própria realidade – longe de suposições de passividade, acomodação, quietismo e adaptação ao *status quo* (STETSENKO, 2023, p. 3).

A abordagem de agência e desenvolvimento humano proposta por Stesenko (2023) remete a outro conceito, o ativismo transformador, entendido como conjunto de relações ativas dos sujeitos numa dada realidade que está sendo constantemente transformada, reconcebida. Relações que não se resumem à adaptação passiva a um mundo real pré-determinado. Mas, o que se concebe como o próprio mundo e a realidade enquanto tal é o resultado do que as pessoas fazem nela, das relações que se estabelecem entre elas, pessoas e mundo, “não como entidades isoladas e autônomas, mas como atores agentivos ou agentes ativos de práticas sociais” (STETSENKO, 2023, p. 4).

Mundo ou realidade que é co-constituída pelas contribuições que cada indivíduo oferece com suas ações. Pois, as pessoas não apenas reagem aos problemas surgidos. Mas agem para transformá-los em outros modos possíveis. Somos afetados e afetamos uns aos outros em nossas existências no mundo. Ou seja, agimos na cocriação do mundo e de nós mesmos (STETSENKO, 2023).

Presença e ação no mundo que exige um posicionamento ético. Especialmente quando o que se faz envolve a educação e a produção científica. Algumas questões se impõem: como responder a “indissociabilidade da ética, da ontologia e da epistemologia” (MAINARDES, 2022, p. 3) na ação investigativa e na produção de um pensamento que se pretende científico? Seria possível, em algum momento, superar a velha questão de uma suposta neutralidade e rigor metodológico embasado na separação ilusória entre objeto pesquisado e sujeito pesquisador em que a própria ciência moderna se agarrou para tornar-se verdadeira? Seguir se valendo da prerrogativa de um real dado a ser desvelado pelo conhecimento; cogito, signo e ação cognitiva - que se aparta do sensório e do sensível? Ou seria possível reconectar saber e não-saber, (dimensão epistemológica) ser e não-ser (dimensão ontológica) e, desse modo, atribuir e



sustentar certo sentido, valor, significado (dimensão ética) ao que se atribui cientificidade?

Fazer pesquisa e torná-la ciência implica em estabelecer certa reciprocidade com o que se vive, com quem se vive, em meio ao que se vive. Nela, concebe-se a dimensão ética, a partir de Derrida (1998, p. 72), como correspondente à alteridade – “preocupação com o outro”; responsabilidade – “intenção atenta, atenção intencional”; amizade e hospitalidade – “sim ao outro”; e, ao mesmo tempo, hostilidade - “esse outro que é específico”, “a tensão para com o outro”. Um outro que não é tomado nem como objeto, nem como sujeito, outro tem a ver com o que ainda não é, com um perpétuo vir a ser, um devir.

Pensamento e ação investigativa que escapa a naturalização de categorizações, classificações e binarismos uniformes, universalizantes. Duvidar das repetições do mesmo. Do imediatismo de respostas que se repetem sem uma profundidade de discussão e análise da complexidade que constitui cada tema pesquisado. É manter-se aberto/a à outras possíveis respostas e à tantas outras perguntas por virem, o que demanda responsabilidade ética nas decisões teóricas e metodológicas assumidas, nas práticas efetuadas e nos resultados alcançados, sejam êxitos ou fracassos. Assumir que jamais se saberá tudo, mas que se tensiona saber mais. Para isso, é preciso duvidar do já sabido e do que se acredita saber suficientemente. Tornar-se outro, diferente do que já se supõe “ser” e “saber” e do que, do para quê, do para quem e do como se faz pesquisa. Eis aí, talvez, a possibilidade de uma “perspectiva ética-ontopistemológica” (MAINARDES, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisadores/as da educação reunidos/as em comunidades científicas têm produzido estudos e pesquisas com vistas à disseminação e publicização de conhecimentos científicos, indicando seu engajamento político e ético com o



desenvolvimento das ciências no campo educacional. Como foi evidenciado na XIV ANPED Sul e no II Fórum de Pós-Doutorandos/as. Ações que reiteram a necessidade de investimento na formação/qualificação profissional e na produção acadêmico-científica como possibilidade de reinventar as próprias existências no mundo e com os outros seres vivos, mobilizando redes de estudos e pesquisas, compartilhando conhecimentos, exercendo escutas sensíveis, solidárias, de apoio e co-aprendizados.

Sinais vivos da responsabilidade ética assumida e do ativismo transformador com o produzir ciência, sustentado no que se acredita e realiza por meio de um pensamento e ação coletiva e justa. Não uma justiça dada pelo direito canônico, pela moral cristã, pela política humanista, pela benevolência do Estado ou de qualquer outro agente monolítico com poderes para decretar essa ou aquela política. Mas, justa na justeza da responsabilidade devida ao outro, vinda do outro, amigável, acolhedora, porque é impregnada pelo desejo político de sociabilidade (DERRIDA, 2001).

Movimento de contracorrente às restrições impostas à produção do conhecimento e da pesquisa pelas políticas de responsabilização em relação à demanda por expansão quantitativa da oferta de formação/ profissionalização/ qualificação no campo da educação. Via de regra, são os/as profissionais da educação que empreendem esforços e assumem os riscos – dificuldades e necessidades - para dar conta de alcançar resultados mais expressivos em termos de produtividade acadêmico-científica. Em muitos casos, o investimento na formação/qualificação é feito por conta própria, com vistas à expansão de oportunidades de trabalho e promoção na carreira profissional, o que poderá repercutir em maior visibilidade e reconhecimento no meio acadêmico e científico.

Mas, os esforços empregados na formação/profissionalização qualificação docente e os resultados alcançados não favorecem apenas os indivíduos em particular. É preciso entender que, a formação/profissionalização/qualificação deve constituir-se e fortalecer-se como política pública já que favorece o interesse público de melhoria das condições de trabalho de educadores/as e de



desenvolvimento da educação, das ciências e, desse modo, está voltada à garantia de maior equidade e qualidade na vida social como um todo.

Daí porque compreender que o engajamento coletivo e solidário de comunidades científicas que atuam em rede é de suma importância. Pois, nelas se efetuam práticas políticas éticas e transformadoras do fazer ciência, ao contribuir na leitura da realidade, do mundo e da existência no mundo. Construção de uma sociedade na qual os direitos fundamentais, como a educação, as diferentes culturas, os avanços científicos, a vida digna, são de usufruto comum.

O que se pretende, afinal, é reafirmar a herança que se recebe e que se espera deixar aos que virão depois: a educação pública de qualidade social na qual a ciência torna-se valorização da vida, de todas as vidas vividas e por viver. Herança no sentido que Derrida (2001, p. 47) atribui à esta palavra: “herança para fazer que se viaje para um outro lugar, que respire de uma outra forma”. Viajar no sentido de mover-se e mover outros possíveis. Pois, o que se valora é a relação com o outro que é cada um e o outro que se tornam outros em mundos possíveis.

Enfim, importa persistir na defesa da educação pública, da produção das pesquisas e das ciências que afirmam a multiplicidade de vidas existentes e que ainda poderão existir.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Brasil tem o menor investimento na educação dos últimos 10 anos, entenda. **FDR - Finanças, Direitos e Renda**, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://fdr.com.br/2022/04/26/brasil-tem-o-menor-investimento-na-educacao-dos-ultimos-10-anos-entenda>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ANPED. **Associação Nacional De Pesquisadores Da Educação**. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: 09 nov. 2022.

APPLE, M. “Endireitar a educação”: as escolas e a nova aliança conservadora. Tradução João M. Paraskeva. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p.55-78,



jan./jun. 2002. Disponível em:

<https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2002/vol2/no1/4.pdf>.

Acesso em: 08 nov. 2022.

BALL, S. Performatividade, privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1.105-1.126, set./dez. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/3DXRWXsr9XZ4yGyLh4fcVqt/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 08 nov. 2022.

BALL, S. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, v. 35, n. 02, p. 37-55, ago./set. 2010. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 08

nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de julho de 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.055, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de junho de 2014.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 08 nov. 2022.

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, R. de; TONIOL, R. (ORG.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018. p. 15-66.

DERRIDA, J. **Adiós a Emmanuel Lévinas**. Palavra de acogida. Madri: Editorial Trotta, 1998.

DERRIDA, J. **Palavra!** Instantâneas filosóficas. Madri: Editorial Trotta, 2001.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. 1. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Coleção Tópicos, 2008.

LACLAU, E. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2002.

LACLAU, E. **La razón populista**. Buenos Aires: FCE, 2005.



MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njDMt6PjSDLjzByjpXwr4zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MAINARDES, J. Contribuições da Perspectiva Ético-Ontoepistemológica para a Pesquisa do Campo da Política Educacional. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 146, set. 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/7436+MMainardes+FNL.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MASSON, G. Requisitos essenciais para a atratividade e a permanência na carreira docente. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 849-864, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/873/87353321018/html/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 11-26, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. Tradução Pablo Sanges Ghuetti. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k5cVRT5zZcDBcYpDCTxTMPc/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2022.

STETSENKO, A. Agência radical-transformadora: continuidades e contrastes em relação à agência relacional e implicações para a educação. Tradução de Roberto de Andrade Lota, Revisão de Elizabeth Macedo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e21106, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21016/209209216972>. Acesso em: 09 nov. 2022.

VOSS, D. M. da S.; GARCIA, M. M. A. O discurso da qualidade e o governo da conduta docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 391-412, abr./jun. 2014.

VOSS, D. M. da S.; JACONDINO, E. N. Democracia radical, educação e diferença: na contracorrente das políticas neoliberais e neoconservadoras. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3975>. Acesso em: 08 nov. 2022.



VOSS, D. M. da S. Práticas de interpretação e tradução na produção científica do neoconservadorismo e das políticas educacionais neoconservadoras. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, e20704, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/20704/209209216959>. Acesso em: 08 nov. 2022.

Recebido em: 14-11-2022

Aceito em: 26-04-2023

